

VIAGEM AO OLHO DO FURACÃO

CELSO FURTADO E O DESAFIO DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO BRASILEIRO¹

Francisco de Oliveira

RESUMO

Neste ensaio, o autor desenvolve a tese de que a obra de Celso Furtado estabelece um diálogo com a dos autores do chamado "pensamento autoritário brasileiro" do começo do século, em especial Alberto Torres e Oliveira Vianna, analisando por essa via a construção da interpretação furtadiana sobre a configuração do Estado na economia e na sociedade brasileiras pós-30. Identifica ainda as influências teóricas sobre tal construção e discute a importância desta como uma interpretação do Brasil.

Palavras-chave: Celso Furtado; pensamento autoritário brasileiro; papel do Estado.

SUMMARY

In this essay, the author argues that Celso Furtado established a dialogue in his work with writers representing the so-called "Brazilian authoritarian thought" from the early twentieth century, especially Alberto Torres and Oliveira Vianna. From this perspective, the article discusses how Furtado constructed his interpretation of the role of the State in Brazilian economy and society after 1930. It also identifies the theoretical influences of this construction, showing its importance as an interpretation of Brazil.

Keywords: Celso Furtado; authoritarian thought; role of the State.

Introdução

O lugar do Estado na obra de Furtado constitui, sem favor, uma das *clés de voûte* de sua vasta e importante obra. A partir de sua *chef-d'oeuvre*, *Formação econômica do Brasil*², sua interpretação do papel do Estado a partir dos anos 30 — na verdade já contida, em linhas essenciais, em sua obra de estréia, *A economia brasileira*³, publicada em 1954 — tornou-se a referência principal para pensar a economia e a sociedade brasileiras. A intervenção do Estado em moldes "keynesianos" tornou-se paradigmática. De fato, quase se pode falar de uma releitura keynesiana da história brasileira.

Essa interpretação tornou-se hegemônica, influenciando na ação estratégica de curto, médio e longo prazos, formando os quadros da burocracia estatal, influenciando na formação acadêmica, moldando a ideologia do desenvolvimen-

(1) Preparado para o Colóquio Internacional "Le développement, qu'est-ce? L'apport de Celso Furtado" (Paris, 27-28 de fevereiro de 1997), organizado pelo Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain, sob os auspícios da Maison des Sciences de l'Homme, da Université Pierre Mendès-France de Grenoble, do Ismea e da Unesco.

(2) Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

(3) Furtado, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

to que se firmou no país pelo menos durante o período populista. As orientações políticas tomaram a ideologia do desenvolvimento como sua estrela polar; mesmo a esquerda, de início hostil e renitente, acabou rendendo-se ao encanto do esquema furtadiano, uma vez que, de um lado, ele permitia acolher os velhos cavalos-de-batalha do antiimperialismo e, de outro, a teorização de Furtado sobre o papel do mercado interno ajudou a dar plausibilidade ao rol que o Partido Comunista do Brasil, depois Brasileiro, desejava para a burguesia nacional, como vanguarda de um desenvolvimento autônomo. Não se está transformando Furtado no demiurgo da nação, mas em seu principal ideólogo durante o período do populismo. Ele racionalizou e ofereceu uma explicação científica para movimentos que já se haviam passado — como a famosa queima de café por Vargas nos anos 30 para sustentar os preços do café, que acabou surtindo o efeito de sustentação da renda dos produtores, o keynesianismo antes de Keynes —, assim como projetou os anseios, desejos e projetos da expansão burguesa como um projeto nacional. O plano de metas de Juscelino Kubitschek, executado quase que inteiramente no seu mandato entre 1956 e 1960, foi inteiramente calcado nos trabalhos do grupo misto BNDE-Cepal, dirigido por Furtado, no Rio de Janeiro, de 1952 a 1954, que lhe forneceu, inclusive, os materiais para a reflexão original contida na sua obra de estréia, já citada.

Surpreendentemente, Furtado não dialoga com os "novos clássicos" da modernidade, a geração justamente que veio à luz na década de 30: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Suas obras já estavam disponíveis há muito tempo, já eram consagradas e todas elas têm muito a ver com os temas trabalhados por Furtado. Gilberto já trata da "colônia de produção", citando Leroy Beaulieu, para falar da produção de cana-de-açúcar; quanto a Caio, creio que a dívida de Celso para com ele é muito grande e a inexistência de citações de sua obra em *Formação econômica do Brasil* pode ser considerada simplesmente imperdoável. Mesmo porque Furtado cita Roberto Simonsen abundantemente, e sabe-se das relações entre as equipes que trabalhava para Simonsen e Caio Prado Jr. Heitor Ferreira Lima, por exemplo, que era um pesquisador exemplar, e integrante da equipe de Simonsen, foi durante muito tempo um dos membros importantes da revista *Brasiliense*, animada por Caio Prado Jr. Sérgio Buarque provavelmente foi o que tratou, modernamente, dos temas mais próximos aos de Furtado, em *Raízes do Brasil*. Mas convém não exagerar: de fato, a temática básica dos "três grandes demiurgos" (foi Antonio Candido quem os nomeou assim, até onde sei, montando uma espécie de hierarquização da iluminação sobre a descoberta da sociedade brasileira e o *tournant* das ciências sociais no Brasil) é a formação da sociedade brasileira, e eles trabalham muito pouco o tema do Estado.

Não está claro o porquê da ausência de diálogo de Furtado com os "novos clássicos" brasileiros, e não se pode apostar na hipótese de que Furtado os desconhecia. Fica mais fácil entender, para além desse desencontro, por que os "novos clássicos" não respondem às questões propostas pelo pensamento conservador/autoritário.

Quanto a Gilberto Freyre, o primeiro a aparecer com uma obra radicalmente inovadora e ousada em método, em construção teórica, e a revelar as "intimidades" de uma parte importante da dominação no Brasil colonial, ele desloca, justamente, o eixo da investigação para a sociedade, para a "economia patriarcal". Além disso, o que não é sem importância, ele escreve depois da experiência da Revolução de 30, que depõe o grupo oligarca ao qual era ligado no governo do estado de Pernambuco: Freyre, então, era um jovem oficial de gabinete do próprio governador, um eminente homem de uma velha cepa açucarocrática (obrigado, Evaldo Cabral de Mello) local.

Caio Prado Jr., que inaugura os estudos orientados por uma perspectiva marxista numa cultura cujo marxismo equivalia a zero — embora o movimento operário fosse muito vigoroso —, também se orienta por colocar o eixo do processo de produção e reprodução da sociedade brasileira no interior dos processos de expansão do capitalismo mercantil. Sem desprezar o papel do Estado, mas sem atribuir-lhe, no Brasil, maior destaque, pelo menos desde a Independência. Para Caio, a ação dos Estados colonialistas e imperialistas é bastante visível e decisiva na história brasileira, mas a ação do Estado brasileiro propriamente dito é sem maior significação. Além disso, uma parte importante da tradição marxista tratava o Estado de forma reducionista, numa das tantas pistas do próprio Marx, nesse caso a do "comitê executivo da burguesia".

O caso de Sérgio Buarque de Holanda é igualmente complexo. Em *Raízes do Brasil*, que o converte num dos "demiurgos", a opção claramente weberiana — com as melhores consequências para as ciências sociais no Brasil — oferece uma alternativa tanto para a perspectiva culturalista de Gilberto quanto para a marxista de Caio. Preocupado com os "tipos ideais" da herança ibérica — com o que poderia, à primeira vista, aparentar-se com os clássicos autoritários —, sua possível resposta aos mesmos se daria pela proposta de "descordialização" do Brasil, isto é, uma proposição de espaço público, bem nas pistas de Weber, antecipando debates que vão ocorrer no Brasil apenas a partir dos anos 70; mas não se trata, propriamente, da questão do Estado.

O ponto de vista que se desenvolverá neste ensaio é o de que o diálogo que Celso Furtado trava intelectualmente, para construir sua interpretação do Estado na economia e na sociedade brasileiras, é com o pensamento de direita brasileiro que dominou o cenário intelectual até o final da década de 30, isto é, com os chamados autores do pensamento autoritário brasileiro, sobretudo, para os fins deste ensaio, com Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Esse ponto de vista é sustentado por diversas razões. A primeira delas é que a direita intelectual contemporânea de Furtado não *fungiu* — permitam-me o castelhanismo, mais expressivo que é — como interlocutora sobre o tema do Estado, porque ela não dispunha de uma *interpretação* do Brasil, entendendo-se como tal um conjunto formado por uma apreciação da formação da sociedade, seu caráter e a relação dessa formação com as instituições, com a política e com a formação do Estado.

A direita intelectual contemporânea de Furtado, sobretudo a formada pelos economistas conservadores, nunca dispôs de uma interpretação do Brasil. Dispunham estes apenas de manuais; assim, o papa deles, Eugênio Gudin, achava que tudo que se fazia era errado porque não se obedecia aos padrões dos manuais de teoria econômica, entre os quais os dele próprio. É verdade que sempre pregaram a abertura aos capitais estrangeiros, mas isso não chegava a ser, propriamente, decorrência de uma interpretação. Quanto à questão do Estado, embora hoje os neoliberais se apresentem como seus legítimos herdeiros, nunca foi central em suas construções intelectuais, senão na forma mais pobre da crítica à política, vista sempre como reduto de incapazes. Roberto de Oliveira Campos, que hoje se vangloria de ter sido profeta no passado, e que sucedeu a Gudin na liderança conservadora, nunca foi antiestatista, até ser aliado do poder já nos dias da ditadura militar, no governo do general Geisel. Antes disso, com Vargas e Kubitschek, esteve à testa da mais importante instituição estatal do desenvolvimentismo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

A esquerda tampouco dispunha de uma interpretação do papel do Estado na economia e na sociedade. Em primeiro lugar, em virtude da conhecida pobreza teórica dos quadros do Partido Comunista do Brasil, depois Brasileiro. Sobre o papel do Estado, antes da teorização de Furtado, não avançava além dos limites liberais, em geral. Prova-o, por exemplo, o próprio projeto do PCB para a exploração do petróleo, quando o partido ainda estava na legalidade: não era um projeto estatizante. Foi depois das grandes estatizações e da campanha do petróleo que a esquerda se alinhou, em geral, com um projeto estatizante. Mas isso não melhorou muito sua interpretação do próprio papel do Estado na economia e sua relação com a sociedade; talvez tenha agravado um lado deformado, que aproximava a esquerda comunista da direita autoritária: o Estado como demiurgo da nação.

Tudo isso não significa que Furtado não tenha participado dos duros debates em torno dos temas do Estado, das empresas estatais, do planejamento, das reformas, no período mais fértil de sua produção intelectual. Sobretudo se tivermos em conta que a produção de Furtado foi, sempre, a produção de conhecimento que orientasse a ação — Mannheim como guia intelectual, sob esse aspecto —, seria enigmático que os debates de seu tempo não fossem parte de sua própria obra. Como funcionário do Estado, no Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste, como diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, como superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, como ministro do Planejamento, Furtado participava dos debates, das lutas cruciais e das decisões em torno dos rumos da política econômica brasileira.

Como intelectual, escrevendo para as duas principais revistas de economia do país, a *Revista Brasileira de Economia*, da Fundação Getúlio Vargas, e a *Econômica Brasileira*, que ele mesmo fundou à frente de um expressivo grupo de jovens economistas progressistas, alguns deles já nitidamente cepalino-furtadianos, influenciava o debate e a formação dos

jovens cientistas sociais. Como um cruzado, percorria o país de norte a sul, convidado para conferências, paraninfando novas graduações de economistas, engenheiros, cientistas sociais. Algumas de suas obras mais dramáticas, como *A pré-revolução brasileira*⁴, por exemplo, mostram um intelectual tentando ganhar uma corrida contra o tempo — uma batalha quase desesperada pela urgência das reformas —, profético, anunciando uma tragédia que, afinal, se consumou. Contra a urgência das reformas, a dureza das classes dominantes brasileiras, o despreparo das lideranças progressistas e uma espécie de redemoinho infernal que já não permitia a ação política racional.

Ainda assim, arrisco-me na tese de que o diálogo sobre o Estado se dá com o pensamento autoritário conservador já referido. Em primeiro lugar, pela razão, metodológica talvez, de que os autoritários da República Velha — mas que projetaram suas influências até sobre o Estado Novo de Vargas — dispunham de uma *interpretação* do Brasil. Esta era formada por uma antropologia e sociologia da formação da sociedade brasileira, pelo estabelecimento das articulações entre esta sociedade, suas representações, formas de regime político, coroadas por reflexões — no mais das vezes menos que análises — sobre o Estado. Guardadas todas as distâncias, de tempo cronológico, de tempo teórico, de contexto, reconhecendo mesmo que nos autoritários/conservadores a frequente mistura dos registros, a passagem da análise para a norma ou até a substituição da análise pela norma poderiam dificultar comparações, tal não é o caso. Suas posições são perfeitamente comparáveis com as de um autor como Celso Furtado e, em alguns casos, até mais explícitas, como na formação da "ordem", ou do Estado, tema sobre o qual Furtado é mais evasivo e que seu leitor é obrigado a investigar no interior da trama que ele tece dos conflitos sociais, aí então descobrindo a riqueza de sua construção.

A tese aqui defendida pode parecer implausível em face da inexistência de qualquer referência aos clássicos do pensamento autoritário brasileiro nas obras de Furtado. Se tomarmos *Formação econômica do Brasil*, por exemplo, não os encontraremos (a presença mais marcante entre os nacionais é a de Roberto Simonsen). Mas *Formação*, poder-se-ia alegar, não é um livro de doutrina. O problema é que a ausência se repete em um por um dos livros de Furtado, uma longa lista, como é conhecido de todos. A explicação da ausência se deve, a meu ver, ao que pode ser tido como o "estilo Furtado": a ausência de qualquer polêmica explícita e a busca constante de procurar manter-se, e aparecer, como estritamente científico. Esta é, possivelmente, uma das razões de seu sucesso. Mas o "estilo Furtado" é mais que um maneirismo ou um estilo literário: aproveitando uma sugestão metodológica de Roberto Schwarz na sua magnífica releitura e redescoberta de Machado de Assis, eu diria que a forma ou o estilo de Furtado são o resultado de um esforço civilizatório, sua contribuição para superar, no Brasil, a discussão estéril e bacharelesca, opiniática. Ora, justamente os clássicos do pensamento autoritário brasileiro são o oposto de Furtado: bacharéis no estilo e na forma de intervenção — o que é menos

(4) Furtado, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

uma questão de incompetência e mais um problema de contexto —, enciclopedistas no mau sentido — também um problema da pouca diversificação e autonomia dos vários campos das ciências humanas no Brasil de seu tempo —, normativo-doutrinários menos que analistas.

Difícilmente Furtado desconheceria a obra dos clássicos do autoritarismo. Formado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro do fim dos anos 30, o lugar por excelência da produção e circulação das idéias no Brasil, onde viveram, produziram, debateram e agitaram Alberto Torres e Oliveira Vianna, para tomar dois dos mais representativos expoentes do pensamento autoritário, é muito pouco provável que um estudante de direito daquela escola não os estudasse e conhecesse. Além disso, convém recordar, como já foi referido, em face da pouca diversificação e autonomia das ciências humanas no Brasil, as faculdades de direito eram de "ciências jurídicas, econômicas e sociais", vale dizer, a economia política que se conhecia no Brasil, a antropologia e a sociologia, todas coabitavam, com graus relativos de autonomia e/ou de subordinação, o campo das ciências jurídicas. A ciência política, então, era inteiramente confundida com a própria ciência do direito, que para tanto dispunha de disciplinas como Teoria do Estado. O que poderia explicar, portanto, a ausência de qualquer referência à obra dos clássicos do autoritarismo seria, por um lado, o já citado "estilo" de Furtado e, por outro, sem dúvida, o menoscabo por uma produção que, aos olhos de um economista recém-fascinado pela produção anglo-saxã, cujas formas da retórica têm outra sintaxe e outro léxico, tinha tudo para parecer não-científica e até anticientífica.

Estado, organização e Poder Coordenador no pensamento autoritário clássico

Alberto Torres e Oliveira Vianna são os autores tomados como expoentes do pensamento autoritário clássico brasileiro, para os propósitos deste ensaio de diálogo com a obra de Celso Furtado. Eles elaboraram uma *interpretação* do Brasil, uma espécie de *summa* do pensamento de seu tempo. Constituem algo como a coroação de uma longa elaboração ideológica, cujo epicentro de preocupações pode ser encontrado na constatação das diferenças entre a sociedade brasileira e as sociedades tidas como civilizadas, constatação que se transforma em angústia em uns, pessimismo em outros, fina ironia ainda em outros (Machado de Assis, quase uma solitária exceção ao clima que, em geral, era de pessimismo, angústia e fancaria). Isto foi geral na América Latina, até mesmo porque nunca coube nenhuma dúvida às classes dominantes, em todas as suas latitudes, de que nossa história havia sido gerada a partir da Europa; portanto, cabia não nos afastarmos demasiadamente da nossa matriz, que era, assim, nosso modelo.

Essa constatação desembocava, em geral, numa espécie de mal-estar, de que derivaram proposições europeizantes, como é o caso nítido de Domingo Sarmiento, cujo *Facundo*, misto de romance, epopéia, análise social e doutrina, ilustra a proposta de "branqueamento" da Argentina para andar ao compasso da civilização; noutros casos, como no México, com Juárez, a proposta é a de modernizar tendo como âncora e paradigma o glorioso passado mexicano — devidamente mitificado, *comme il faut*.

No Império, a ideologia em geral era do tipo "branqueadora": os conservadores tinham uma noção naturalista da superioridade sobre os negros, e apenas os liberais estavam convencidos de que a escravidão não condizia com o progresso do país; num Nabuco essa percepção se radicalizava a ponto de localizá-la como o verdadeiro problema da nação: corruptora dos senhores e incapacitadora dos escravos. Mas o debate sobre a natureza do Estado nunca foi o forte nem nas rodas intelectuais, nem na política brasileira do Império. Mesmo os abolicionistas e os republicanos estiveram sempre muito mais interessados na forma do regime que na reforma do Estado; ou, por outras palavras, a segunda coisa incluía-se na primeira, de forma reducionista.

A Primeira República, ou República Velha, vai assistir a uma verdadeira explosão do tema do Estado, ainda que muitas vezes este fosse expresso em retóricas vazadas nos termos do regime político. Todo um enorme movimento que vinha desde o Império, é verdade, mas que não alcançava muita visibilidade nele, com a influência do positivismo sobretudo de corte constantiano, entre militares e civis, num espectro que ia de militares de caserna e engenheiros militares a bacharéis — inevitavelmente —, incluindo até sanitaristas, a questão do saneamento das cidades e da vacina com Oswaldo Cruz, a questão do serviço militar obrigatório ou voluntário com Olavo Bilac, os próprios militares como primeiros presidentes e o Exército como uma força política ostensiva desde a deposição do imperador, a questão da defesa do café, a questão das obras contra as secas no Norte Agrário (denominação de Evaldo Cabral de Mello, para quem Nordeste é uma entidade recente), sobretudo com a presidência Epiácio Pessoa, tudo isso contribuiu, de forma absolutamente nova, para colocar o tema do Estado no primeiro lugar da agenda pública da discussão.

De modo confuso, portanto, o que emergia era o papel do Estado numa economia capitalista, mesmo periférica. Os conservadores/autoritários tentaram dar uma resposta a essa questão. Alberto Torres e Oliveira Vianna podem ser considerados os mais representativos expoentes de toda essa confusa emergência. Outras propostas, liberais, como a de Rui Barbosa, disputaram a preferência política e do imaginário social. Mas não apenas foram derrotadas nas eleições "a bico de pena" da República Velha: provavelmente elas não tinham virtualidades políticas e sociais.

A diferença entre os clássicos do autoritarismo e os novos conservadores, *soi-disant* liberais da safra contemporânea a Celso Furtado, e mesmo os neoliberais de hoje, é que os primeiros dispunham de uma interpretação do Brasil, fundada numa análise da sociedade e das projeções e/ou repercussões e/ou consequências que a formação da sociedade projetava sobre as

instituições políticas, sobre a política e o Estado. Nada parecido com os conservadores contemporâneos de Furtado, nem com os neoliberais de hoje, para os quais ou não há sociedade ou ela não tem nenhuma relação com o Estado. Este aparece, sempre, de forma abstrata, e esse tipo de conservador nunca se perguntou de onde vem o tipo de política que se pratica no Brasil, onde estão as raízes das práticas patrimonialistas, do uso indevido do Estado. No caso, não se trata apenas de cinismo de classe, que é forte no Brasil; há que reconhecer, antes de tudo, a visível decadência ou deterioração das condições intelectuais da direita no Brasil.

De fato, a questão da "organização nacional", que entre os conservadores clássicos inclui os temas dos regimes políticos e do Estado, ampara-se numa análise — que mistura os níveis com demasiada frequência, mas este era, mais ou menos, o padrão da época — antropológica, sociológica e política da formação da sociedade brasileira; o ponto menos forte dessa construção residia no econômico. Essa análise era francamente conservadora, mesmo feitos todos os descontos, mas tinha o mérito de pretender integrar todas as facetas da constituição da sociedade e do Estado e, por meio das reformas que pretendia, alterar os termos dos problemas detectados. Sua base era uma algaravia em que o forte era dado pela antropologia física das raças — Gobineau inclusive comparecendo na bibliografia de um Oliveira Vianna —, uma sociologia política do latifúndio e do poder das oligarquias como descentralização de consequências nefastas e um antiliberalismo no plano da doutrina política que coroava todo o edifício da síntese sociedade-Estado no Brasil com um desastre que só tendia a aprofundar-se.

Não é difícil reconhecer que a formação da sociedade brasileira que está na base da teorização/especulação de Torres e Oliveira Vianna nada mais é senão uma elaboração mais refinada, com pretensões teóricas, ajudada pela antropologia do século XIX, que continuou hegemônica nas primeiras décadas deste século, da imagem das "três raças tristes" que, na sua amálgama, constituíram a base multiétnica da maioria da população brasileira. De fato, desde a Colônia, propagava-se que Portugal havia colonizado o país, que não era a jóia de sua coroa, com degredados, ladrões, assassinos, cristãos-novos e uma rédua de funcionários de baixo nível, comandados por uma pequena nobreza — já que a alta nobreza portuguesa estava destinada, não o sabiam os infelizes, a administrar e perecer na Índia. Juntados aos negros, sobre os quais se discutiu durante muito tempo se pertenciam ao gênero humano, se tinham alma imortal ou não, e aos habitantes locais, quase nivelados aos animais, não é difícil perceber como esse estereótipo influenciou o pensamento sobre a formação da sociedade; o imaginário popular está cheio dele, até hoje.

Em *Raça e assimilação*, de Oliveira Vianna, na seção "O problema do valor mental do negro", pode-se ler:

Em relação ao negro puro, minha opinião [...] é de que, para certos tipos de intelligencia superiores, elle revela, na sua generalidade, uma

menor fecundidade do que as raças arianas ou semitas, com que elle tem estado em contacto. [...] O negro puro, portanto, não foi nunca, pelo menos dentro do campo historico em que o conhecemos, um criador de civilizações.

E quanto ao índio:

O contrario se dá com o indio. O selvagem, em geral, é sombrio, reservado, recordando muito, na sua constituição affectiva, o "autista" de Bleuler. Observando-o nas suas attitudes e nos seus modos de vida, sente-se que, na generalidade dos casos, elle se comporta como schizoide typico⁵.

(5) Oliveira Vianna, Francisco J. *Raça e assimilação*. 3ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938 (col. Brasileira, vol. 4), p. 272.

Vianna se apoiava no que lhe parecia mais atual na antropologia física, na biossociologia. Não era apenas preconceito. Essas poucas citações servem apenas para dar uma idéia: as páginas da obra citada, assim como, em geral, as outras obras de Oliveira Vianna, estão repletas desse tipo de conceituação, próprio da ciência de seu tempo.

Essa antropologia funda uma sociologia política da anarquia. Em *Populações meridionais do Brasil*, Vianna dedica-se a explicar por que, sobre a base de negros e índios, cujas tendências psicossociais foram descritas (ele vai mais longe ao nomear uma "amoralidade constitucional" no mestiço), os clãs latifundiários instauram a anarquia. O poder político é impotente frente ao vigor da expansão colonizadora bem como aos fracos recursos do poder governamental, que não consegue chegar a todos os lugares aonde chegam os exploradores. Mas é "essa colossal pululação de elementos instáveis e nômades [que] torna a tarefa dos organizadores de clãs extremamente fácil"⁶. No fundo, a impotência da Coroa portuguesa não é outra coisa que desinteresse por uma colônia que nunca lhe deu as riquezas que a Índia lhe tinha proporcionado.

(6) Oliveira Vianna, Francisco J. *Populações meridionais do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, vol. 1, p. 252.

Assim, quando emerge o surto de mineração, ouro e diamantes, a Coroa rapidamente se organiza para chegar aos mais afastados rincões do país e impor a ordem por sobre a "anarquia" oligárquica dos clãs latifundistas. É o período áureo — não apenas do ouro — da centralização do poder, que irá constituir o emblema de organização para Vianna e os ideólogos do autoritarismo. O Império reproduzirá essa centralização e por essa razão aparecerá, pelo menos para Oliveira Vianna, como o modelo a ser instaurado numa república que, irreversível, deveria ser unitária, centralista e centrípeta. Alberto Torres é mais complexo: suas proposições são republicanas, tentando combinar descentralização, que não significava autonomia das províncias, e centralização, cujo sinônimo, para ele, era coordenação. Unificava-as, certamente, um acendrado antiliberalismo e antiparlamentarismo.

Em Torres, que aliás será o "guru" intelectual de Oliveira Vianna, precede, quase nos mesmos tons, a análise da formação da sociedade com base numa antropologia física da qual deriva uma sociologia pessimista. Mas o forte em Torres é a análise da organização. Sua principal obra, *A organização nacional*⁷, é toda dedicada, a partir da análise da Constituição, a propostas de reformas constitucionais, comentadas passo a passo, mudando pois de registro da análise para a proposição. No final, ele apresenta sua própria proposta de Constituição, na qual a radical inovação reside na instituição de um Poder Coordenador⁸, que é, de algum modo, uma restauração do famoso Poder Moderador do imperador, nunca escrito em letra constitucional, e um anúncio precoce, ousado e muitas vezes brilhante das funções de planejamento do Estado moderno. O prefácio da obra, do próprio autor, é esclarecedor: segundo ele, foi o período do exercício do governo do estado do Rio de Janeiro que lhe advertiu para os problemas aos quais ele propõe solução por meio da reforma da "organização nacional". A sintaxe e o léxico são claramente conservadores e autoritários: o Poder Coordenador invade áreas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, é formado por representações de classe, de categorias profissionais, de crenças religiosas, numa anunciação precoce das tendências corporativistas fascistas — aliás, todo período de intensa produção e prestígio dos conservadores brasileiros coincide com a ascensão do fascismo, mas eles nunca foram, abertamente, fascistas. O presidente da República seria eleito por eleição indireta, num colégio eleitoral formado a partir da composição do Poder Coordenador, por exemplo. Em suma, as proposições de Torres, as quais Oliveira Vianna subscreverá inteiramente, são antiliberais no pleno sentido do conceito: sociológica e politicamente. Sua República é uma républica dos mais capazes, não necessariamente os mais sábios: uma espécie de platonismo pragmático.

(7) Torres, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

(8) *Ibidem*, especialmente pp. 286-295.

A modernidade das questões propostas pelo pensamento autoritário

A contradição e a possibilidade de comparar ou buscar o diálogo insusútil da obra de Celso Furtado com a dos clássicos do autoritarismo brasileiro estão em que os problemas e as questões levantadas pelos mesmos eram extremamente relevantes, modernas — se essa palavra quer dizer alguma coisa —, e não encontravam resposta em nenhuma proposição das que circulavam no meio intelectual, acadêmico e político brasileiro da República Velha. Outra coisa é distinguir entre a atualidade e a relevância das questões levantadas e o caráter das resoluções que eles propuseram, cujo tom mais que conservador assume, evidentemente, o primeiro plano.

Além disso, há que se levar em conta que tanto os clássicos do autoritarismo quanto Celso Furtado são autores cuja produção está estreitamente vinculada às possibilidades da ação racional estratégica na política. A despeito de filiações teórico-metodológicas acentuadamente distintas, existe esse fio condutor. São — uns, não de forma sectária nem político-

partidária, que é flagrantemente o caso de Furtado, e outros, abusadamente sectários, caso de Torres e Oliveira Vianna — intelectuais militantes, no mesmo sentido em que o foi a grande maioria dos clássicos das ciências humanas e sociais no Ocidente. Não se busca, aqui, estabelecer filiações entre os clássicos do autoritarismo e Celso Furtado, o que seria um disparate e um desrespeito à pessoa e à obra de quem, sempre, mesmo nos momentos que pareciam mais desvairadamente propícios à revolução, se manteve de uma fidelidade aos princípios e à prática democrática quiçá com poucos paralelos entre os homens públicos brasileiros. Do que se trata, não apenas para uma história das idéias, mas para a história política, é de pesquisar as condições históricas em que atores intelectuais de primeiro plano abordaram os temas do Estado. Numa palavra, as questões relativas ao planejamento, à moderna relação do Estado com a economia capitalista, não são, no Brasil, "um raio num dia de céu azul", como provavelmente não o foram em nenhuma parte.

As questões levantadas pelos clássicos do autoritarismo dizem respeito, de fato, na forma do mal-estar já referido, à crescente "disfuncionalidade" do Estado brasileiro frente a um conjunto de questões que, em geral, são as que levaram à imbricação do Estado na economia capitalista de forma sistemática e não *ad hoc*, como sempre ocorreu na história do capitalismo. Em geral, é o mal-estar das revoltas da República Velha, protagonizadas, sobretudo, pelos militares, pelo tenentismo, ao contrário do ciclo das revoluções do Império, em sua primeira fase, protagonizadas pelas diferentes sociedades regionais num império ainda em formação. Os militares, em geral, eram, se não os portadores do anacronismo do Estado brasileiro, os mais atingidos por ele.

São questões que interrogam como financiar a defesa dos preços do café —já empreendida por São Paulo, desde o Acordo de Taubaté —; como financiar os gastos de infra-estrutura pelo Estado, que apareceram dramaticamente na presidência Epitácio Pessoa, em obras contra as secas no Nordeste; financiamento de obras como o telégrafo nacional, que as missões de Rondon haviam posto na ordem do dia (o telégrafo para o exterior interessava ao capital estrangeiro e por este era explorado); a própria expansão da educação, para fazer o "branqueamento" da população, isto é, civilizá-la, nos termos utilizados pelos conservadores; o assistir impassível à passagem dos ciclos da economia, destruindo, na baixa da acumulação, o que se havia construído na fase de auge; as questões postas pelo saneamento das cidades, como os gastos para sanear o Rio de Janeiro, um inferno pestilencial de febres tropicais; para o Exército, quando da campanha pela circunscrição obrigatória, cedo apareceu o problema dos recursos orçamentários para pagar a tropa; as questões envolvidas na relação estados/União, em que o progresso de São Paulo, por exemplo, mal se refletia nas finanças federais (o que está presente nas propostas de Alberto Torres sobre o Poder Coordenador e na sua "quadratura do círculo", que é a descentralização sem autonomia, isto é, províncias sem poder financeiro e autonomia fiscal, fórmula, aliás, que a Revolução de 30 adotará).

Esse conjunto de questões, que anima os debates na República Velha, constitui o tema dos clássicos do autoritarismo. Daí sua pertinência. Torres será o mais articulado em proposições e talvez o mais avançado: seu Poder Coordenador — que aliás ressurge, nos anos 90, numa proposta de Fábio Konder Comparato — é a proposta mais parecida com as relativas a planejamento que as décadas de 50 e 60 conheceram, e que só entraram em declínio, no esquema governamental, a partir da hegemonia dos pragmáticos de Delfim Netto e dos neoliberais na década de 90. As propostas e criação do BNDE, dos vários bancos regionais de fomento, os vários conselhos de desenvolvimento, desde o mais importante deles, com Juscelino Kubitschek, até o que o general Geisel reeditou na década de 70, quase com o mesmo prestígio e força, as superintendências regionais de planejamento, de que a Sudene foi o modelo e a realização mais *acabada* e ao mesmo tempo mais troncada, são comparáveis ao Poder Coordenador; não são a mesma coisa, do ponto de vista do conteúdo: enquanto o planejamento pós-30 buscou dotar o Estado brasileiro de meios e técnicas para intervir no sentido de acelerar e auxiliar a industrialização, o conteúdo dos clássicos do autoritarismo, em geral, era antiindustrialista. Porém, no íntimo de muitos dos planejadores brasileiros talvez não estivesse ausente algo muito próximo do antiliberalismo de Torres e Oliveira Vianna: se nenhum Ministério do Planejamento por cima dos outros poderes chegou a ser proposto, este desejo talvez tenha sido mais cotidiano do que pensamos. Planejadores sempre foram muito seduzidos por algumas das idéias de Torres e Oliveira Vianna, de que os políticos e a política atrapalham a racionalidade das decisões e das implementações de natureza técnica. Ironicamente, o trator antiliberal foi manejado por condutores da política econômica que eram, também, antiplanejadores, a partir dos anos 70, como Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, embora na presidência Geisel o padrão de planejamento autoritário, o velho sonho acalentado pelos teóricos do pensamento conservador clássico brasileiro, tenha, finalmente, encontrado realização.

Aos olhos dos clássicos do autoritarismo, o progresso das nações e dos povos que, para eles, eram exemplares devia-se antes de tudo à organização nacional que souberam lograr. Considerando o caso britânico uma exceção, de êxito do parlamentarismo, bem como o dos Estados Unidos, em função do *self-made* dos norte-americanos, na base do qual estavam as grandes personalidades e uma rara combinação entre conhecimento científico e pragmatismo — era assim que eles elogiavam ao mesmo tempo a personalidade de um Washington e os textos dos federalistas, mas abominavam Jefferson —, o caminho do progresso que palmilhava a Alemanha, por exemplo, lhes parecia obra da determinação férrea de Bismarck sobre um povo cujas aptidões para o trabalho eram inegáveis. No fundo, era a questão do Estado que estava em jogo: a capacidade demonstrada na unificação alemã, a cartelização e a proteção industrial dada pelo Estado, as agressivas políticas que fizeram, em pouco tempo, a Alemanha recuperar o atraso em relação à Inglaterra e mesmo à França.

Com o pano de fundo antropossociológico que sustentava uma espécie de natural inclinação dos povos habitantes dos trópicos para a decadência, uma citação de Alberto Torres é extremamente esclarecedora:

...na anarchia politica, social e economica em que temos vivido, a colonização tem sido uma simples implantação de populações estranhas no paiz: populações destinadas a decahir, e em muitos pontos já deprimidas, exactamente como as dos descendentes do preto, do indio e do portuguez— Petropolis e Friburgo, por exemplo — e em outros, como em Santa Catharina, a caminho de transformação e declinio...⁹,

(9) Ibidem, pp. 179-180.

pois os trópicos corrompiam não apenas as "três raças tristes", mas todos os que aqui aportassem. Nesse diapasão, a política e o Estado derivavam-se, imediatamente, como corruptos, corruptores e incapazes de levar a nação, que aliás não existia, ao seu destino.

As teses do pensamento autoritário clássico são conservadoras, retrógradas mesmo; nacionalistas, roçam frequentemente os limites de uma xenofobia contraditória — como aliás é quase toda xenofobia —, pois, apesar de sua antropossociologia diagnosticar raças incapazes, o povo é bom, ordeiro, de bons sentimentos. Pensam um país agrário, de pequenos proprietários; abominam o latifúndio, não pelas mazelas sociais que estruturam, mas por constituírem, virtualmente, um desafio à ordem e à lei; abominam a grande produção, a economia voltada para as exportações; pensam um país bucólico, de completa harmonia social. Um outro conservador importante dessa geração, Gustavo Corção, cristalizou o ideal desse modelo no romance *Três alqueires e uma vaca*, o emblema clássico, no Brasil e alhures, para uma pequena burguesia agrária.

Do autoritarismo à "navegação venturosa": a resposta de Celso Furtado

A obra de Celso Furtado, já se adiantou, constitui uma espécie de resposta, num diálogo inconsútil, invisível, sem traços, mas perfeitamente reconhecível, aos problemas propostos pelo pensamento autoritário clássico brasileiro. Não que o autor tenha se proposto a isso: foram os desafios de seu tempo, o contexto em que os problemas do desenvolvimento se impuseram — pós-II Guerra e forte impulso da descolonização —, e um ambiente intelectual inovador que criaram as condições para essa produção intelectual que é, verdadeiramente, uma contribuição brasileira à teoria social mundial.

Desde *A economia brasileira* o esquema básico estava construído na seção que diz respeito à transição para a economia industrial, vale dizer, à Revolução de 30. *Formação econômica do Brasil* completa o quadro

histórico, reinterpreta-o vigorosamente, atualiza os problemas. A resposta às questões propostas pelos clássicos do conservadorismo está nas formas da transição para a economia industrial e nas novas funções do Estado. O esquema é bastante conhecido para repeti-lo aos que conhecem a obra de Furtado. Importa-nos pôr o acento em como Furtado responde às principais questões e livra-se da tentação autoritária.

Pela reconstrução histórica rigorosa, ele escapa do estigma das "três raças tristes". O que existe é um processo de colonização, com os problemas de uma "colônia de produção" — para cuja especificidade tanto Gilberto Freyre quanto Caio Prado Jr., ambos citando Leroy Beaulieu, já haviam chamado a atenção —, e posteriormente a conversão de Portugal num satélite da Inglaterra, com o Tratado de Methuen, que Furtado estuda suficientemente. Está desfeito o estigma. Um diálogo com Gilberto e com Sérgio Buarque poderia ter sido extremamente interessante e enriquecedor para a própria obra de Furtado e para a reinterpretação desses dois "demiurgos". Como a historiografia depois veio a confirmar, a "economia patriarcal" de Gilberto, uma construção culturalista na verdade inspirada no patriarcalismo romano, se iluminava os horrores "íntimos" da economia açucareira, ocultava sua extrema dependência de um intrincado sistema de relações internacionais e, portanto, desqualificava-a como centro da economia colonial. Quanto a Sérgio Buarque, o diálogo talvez ajudasse a retificar o extremado apego a tipos ideais como o do aventureiro ibérico, se a empreitada colonial estivesse devidamente articulada em suas relações internacionais; em outras palavras, o aventureirismo não era, provavelmente, obra do "caráter ibérico", mas da forma colonial.

A relação entre economia, sociedade, política e Estado é primorosamente reestruturada pela interpretação da crise dos anos 30. São os interesses das classes sociais, dos proprietários, dos produtores, dos exportadores que levam o governo às medidas de salvaguarda dos preços — impossível frente à conjuntura internacional — e da renda, finalmente, com estocagem e queima de café, no conhecido esquema furtadiano. Ora, aí se reinterpreta todas essas relações. Sem nomeá-las de um modo *à la* Marx, e conhecendo todas as resistências do autor em assimilar sua obra ao campo marxista — procedimento que não estou adotando, mesmo porque teoria das classes não é exclusividade do marxismo —, eu diria que essa passagem é construída pelo mesmo prisma com que Marx escreveu o *18 brumário de Luís Bonaparte*. Tal tipo de interpretação não seria permissível pela compreensão da formação da sociedade, suas relações com a política e com a formação do Estado de que dispunham os clássicos do autoritarismo. Somente um olhar renovado teoricamente seria capaz da façanha teórica que Furtado consegue.

Há duas influências teóricas importantes nessa interpretação; eu diria três, apesar das resistências do autor. A primeira e mais visível é a de Keynes. *Formação econômica* é, a muitos respeito, uma releitura keynesiana da história brasileira. Que se revelou notavelmente frutífera. Não apenas no keynesianismo *avant la lettre* da sustentação da renda dos produtores,

em 1933, quando a *Teoria geral* nem existia — o que não quer dizer nada, pois no fundo Keynes teorizou sobre o tatear das principais sociedades ocidentais em torno de como escapar às determinações fatais, para os neoclássicos, do ciclo de negócios —, mas, talvez mais importante, em relação à autonomização da demanda que derivava da autonomia do Estado, de uma racionalidade *diversa* da do mercado.

A outra influência, não citada, é de Mannheim, do ponto de vista de uma ação racional voltada para fins objetivos; longe da indeterminação, do acaso, os sujeitos da cena política, econômica e social agem conforme um plano racional, voltado a preservar seus interesses. Essa influência mannheimiana é, no meu modo de ver, a principal responsável por salvar Furtado da tentação autoritária que a tradição brasileira poderia sugerir-lhe. É conhecido que toda a obra de Mannheim é um *plaidoyer* pela democracia e que sua obra *Liberdade e planificação*, conhecida por Furtado — mas não citada em nenhuma de suas obras da fase áurea —, é um dos esforços mais sérios, ao lado do de Gunnar Myrdal, para conciliar planejamento e liberdade.

A terceira influência, volto a repetir, é Marx. Furtado prefere recuar a Vico, mas ele mesmo reconhece o enorme intercâmbio, não isento de uma profunda afeição e admiração, com Juan Noyola, um jovem economista mexicano que depois se dedicou totalmente à revolução cubana e que formou, junto com Furtado, a plêiade inicial que ajudou Prebisch a formular a teorização cepalina. E ele mesmo confessou que a formação marxista de Noyola, que ademais era também extremamente competente em teoria clássica e neoclássica, foi um dos elementos fecundadores do trabalho da equipe. Além disso, o próprio Furtado conheceu, desde cedo, a obra de Marx. Acredito que o tipo de solução dado a um Estado de classes que, keynesianamente, supera as limitações de sua própria base social para preservar as condições gerais de reprodução do sistema e, nesse processo, contribui para mudar as próprias condições dessa reprodução é basicamente marxista.

Com essa resposta, Furtado responde também à questão da nação. As "três raças tristes" — que, por sinal, jamais aparecem na sua reflexão — são capazes de formar um Estado e uma nação. Esta não é produto do Estado, como pensavam os clássicos do autoritarismo, ou pelo menos não é recriada do alto — embora, gramscianamente, a Revolução de 30 tenha sido uma típica "revolução pelo alto". É um movimento dialético, permitam-me o palavirão, em tempos hoje de tanto pudor, sem mecanicismos. Furtado não deduz o Estado da nação ou da sociedade, nem o contrário. Trabalha as relações entre essas duas instâncias, na forma em que um economista as trabalha — a rigor, suas remissões ao Estado são sempre menos explícitas que entre os clássicos do autoritarismo, e em muitas de suas obras a política não passa de um epifenômeno da economia, salvo explicitamente em *A pré-revolução brasileira*, quando ela assume as dimensões de uma tragédia —, mas evidentemente essas relações são varridas por uma lufada de ar fresco, mediante uma forma renovada de perceber suas articulações.

Desse ponto de vista, a meu ver, supera o obstáculo que Caio Prado Jr. não conseguiu superar, uma vez que para Furtado a industrialização completava o projeto nacional, enquanto para Caio Prado Jr. este projeto continuaria incompleto enquanto perdurassem as condições de submissão ao imperialismo. Em minha opinião, Caio Prado Jr. não percebeu o que Furtado rapidamente entendeu: que a existência de Estados nacionais não é indiferente às relações com o imperialismo, e que essas relações não são uma avenida de mão única. Isto é, havia possibilidade para uma inserção autônoma nos quadros da divisão internacional do trabalho capitalista, justamente o cavalo-de-batalha em torno do qual começou a erigir-se o edifício cepalino, com sua denúncia da deterioração dos termos de intercâmbio como sugadora dos excedentes produzidos pelos países produtores de matérias-primas, que reiteravam permanentemente essa dependência. A industrialização teria o condão de romper o círculo vicioso. Além disso, a teorização cepalino-furtadiana abriria as portas para a futura elaboração da teoria da dependência, na verdade uma sociologização menor da obra maior da "navegação venturosa"¹⁰.

Em mais um aspecto a resposta furtadiana não apenas escapa à tentação autoritária, mas responde em novos termos a uma das questões mais candentes postas pelo pensamento autoritário clássico. Refiro-me à questão da autonomia/descentralização dos estados da Federação. A fórmula Torres/Oliveira Vianna era a de uma descentralização sem autonomia que sob muitos aspectos as reformas pós-30 vão incorporar. Muitas delas tiveram o significado, na verdade, de ampliar o espaço da circulação das mercadorias e criar as premissas para um mercado nacional de mercadorias. Para Torres e Oliveira Vianna a descentralização era necessária em razão do tamanho do país, da sua diversidade regional e da incapacidade notória de que o "olho" da União chegasse a todos os rincões; mas o risco, para eles, era que a descentralização alimentasse a autonomia das oligarquias, o enfraquecimento do Estado central, o movimento centrífugo, enfim, da "república dos coronéis", de que a República Velha era notoriamente emblemática. Unitaristas e antiliberais viam com desconfiança qualquer enfraquecimento do centro.

Furtado não dá nenhuma resposta imediata a essa questão, senão por ocasião da Operação Nordeste e da criação da Sudene. Percebendo que, de fato, o crescimento industrial localizado no Sudeste, que ele chamou de Centro-Sul, desmontava a Federação, aguçando tensões que já se apresentavam no mercado de força de trabalho e no crescimento dos salários reais do operariado do Sudeste, pela concorrência da migração nordestina — uma interpretação até hoje controversa e, no mínimo, neoclássica —, ele propõe, no entanto, uma saída absolutamente inovadora, democratizante, renovadora do federalismo e da Federação.

Ele constrói primeiro a demonstração de que o Nordeste contribuía para o desenvolvimento nacional; em seguida desloca o centro nevrálgico da questão para o uso da terra e para a própria industrialização do Nordeste. Consegue mobilizar, assim, todo um amplo arco de forças contra o latifúndio

(10) Cf. Oliveira, Francisco de. "A navegação venturosa" (Introdução). In: Oliveira, Francisco de (org.). *Economia*. São Paulo: Ática, 1983 (col. Grandes Cientistas Sociais — Celso Furtado).

e a favor da industrialização, numa operação de estratégia política de altíssima temperatura e elevada capacidade simbólica num país que agora tinha a industrialização como seu fetiche. E por meio da constituição de um organismo regional propõe o que considero uma espécie de federalismo regionalizado: lúcido para perceber que as tendências concentracionistas não podiam ser revertidas pelo Estado apenas por meio de uma política *política*, ele utilizou incentivos fiscais para interessar as forças concentracionistas na desconcentração. E tentou soldar os estados num novo pacto federativo, de caráter regional, para assim refazer todo o pacto federativo nacional. Essa foi sua resposta ao pavor que as chamadas tendências centrífugas inspiravam aos clássicos do autoritarismo brasileiro. Sem enfraquecer o Estado central.

Evidentemente, o pós-64 se encarregou de transformar o projeto de reformulação do pacto federativo em letra morta; outra vez, as forças centrífugas, não no sentido em que apavoravam os clássicos do autoritarismo, entraram em movimento. Houve apenas localização de indústrias no Nordeste e na Amazônia, mas o caráter ao mesmo tempo centralizador do Estado brasileiro e centrífugo do movimento das forças econômicas tornou a Federação uma ficção.

Celso Furtado oferece, portanto, uma *interpretação* do Brasil. E é neste sentido que ele pode ser comparado aos clássicos do autoritarismo brasileiro, conforme já foi explicitado neste ensaio, com propósitos de mapear a história das idéias e a gênese de problematizações do Estado e do planejamento e suas repercussões na ação do Estado. Não se está dizendo, reiterar-se, que há filiações entre Furtado e os autoritários clássicos brasileiros, o que de resto não seria infamante, já que eram intelectuais legitimamente preocupados com os destinos do país e, na história das idéias e posições assumidas por intelectuais, filiações que desembocam em orientações diametralmente opostas são mais comuns que o contrário; aliás, tais conflitos costumam gerar obras extraordinárias.

Porém, Furtado não apenas elaborou uma interpretação do Brasil: ofereceu à ciência social contemporânea a notável construção da teoria do subdesenvolvimento — de que a Cepal foi uma espécie de incubadora e Raúl Prebisch e a equipe inicial mui justamente co-autores —, que se situa num patamar acima de uma interpretação nacional. Ou, melhor dizendo, foi com essa arma teórica que ele pôde elaborar a interpretação do Brasil que o inscreveu no panteão dos "demiurgos" do Brasil contemporâneo.

Recebido para publicação em 29 de abril de 1997.

Francisco de Oliveira é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e pesquisador do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania-USP. Já publicou nesta revista "Quem tem medo da governabilidade?" (nº 41).

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 48, julho 1997
pp. 3-19

**A REVISTA BRASILEIRA DE
CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)**

existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*. Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

**O BOLETIM INFORMATIVO
E BIBLIOGRÁFICO (BIB)**

é uma publicação semestral que já conta com 35 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam o BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 30

Internacional: US\$ 60

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 20

Internacional: US\$ 50

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 40

Internacional: US\$ 90

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 116 - USP - 05508-900 - São Paulo - SP

Tel. (011) 818-4664 Fax: (011) 818-5043

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____

Data: _____ Tel.: _____